

## Posse da Terra e Diferenciação Social em Lucas do Rio Verde (1970-1980)

Betty Nogueira Rocha\*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar a posse e propriedade da terra decorrente dos desdobramentos da política de colonização no âmbito do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Os projetos de colonização seguiam um modelo comum: acesso a lotes pequenos ou médios (que no caso de Mato Grosso representa lotes de 100 a 500 hectares); seleção de migrantes do sul e sudeste do país (onde as tensões sociais eram mais frequentes) e parceria entre o Estado e colonizadoras (capital privado). A gleba Lucas do Rio Verde, criada em 1976 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nasceu de um projeto de colonização particular e, em tal contexto, observa-se que o capital engendrou mudanças de grande envergadura tanto no padrão de ocupação e uso da terra, quanto de diferenciação social. Este processo impôs uma dinâmica social onde identifiquei a atuação distinta de três atores sociais: "posseiros", "parceleiros" e "assentados da cooperativa".

**Palavras-chaves:** colonização; diferenciação social; Lucas do Rio Verde

### Introdução

O projeto desenvolvimentista do Estado-militar brasileiro criou, na década de 1970, leis, instituições e programas que tinham por objetivo a expansão das fronteiras<sup>1</sup> para garantir não somente o crescimento econômico, mediante incremento da produção para atender a demanda doméstica, mas, sobretudo, para viabilizar a integração da economia nacional aos moldes do capitalismo mundial. O I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1970-1973 e 1975-1979 respectivamente, representam um engenhoso planejamento de ajuste não convencional da economia brasileira ao promover a “ocupação” econômica das áreas fronteiriças mediante o estímulo à iniciativa privada na expansão de grandes empreendimentos agropecuários viabilizados pela parceria entre as empresas estatais, capital privado nacional e capital internacional. No Programa de Integração Nacional (PIN), editado em 1970 e, posteriormente, incorporado ao I PND, a “ocupação” da Amazônia tornou-se prioridade nacional e o governo militar passou a subsidiar e viabilizar a concessão de terras para grupos econômicos instalarem empresas

---

\* Economista, doutoranda do curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e bolsista da FAPERJ.

<sup>1</sup> Fronteira constitui um espaço ainda não estruturado gerador de novas realidades e potencialidades e tem diversas funções nos planos social, político e econômico. Pode ainda ser definida como o “espaço de manobras das forças sociais” onde a colonização privada aparece como uma alternativa de expansão da fronteira na Amazônia. Sobre este assunto ver Becker (1990).

nos setores de agropecuária, indústria e mineração, assim como para empresas colonizadoras.

É possível resumir a estratégia de integração traçada no I PND para “ocupação” da Amazônia em três linhas de atuação: (1) construção de redes rodoviárias para integração espacial; (2) desapropriação de terras devolutas para implementação de projetos de colonização e (3) subsídios para indução de fluxos migratórios (Becker, Miranda e Machado; 1990). A construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (BR 163) representam a síntese desta estratégia ao destinar uma área de 10 Km de cada lado da rodovia para fins da colonização oficial com objetivo de apoiar o “pequeno produtor, principalmente ao desprovido de terra e ao proprietário de minifúndio” (I PND, 1971, p. 21) pela ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Embora no I PND conste a concessão de terras para implantação de projetos agrícolas empresariais, no II PND com a ampliação para 100 Km de cada lado das rodovias destinados à projetos de colonização ocorreu uma mudança significativa no perfil dos migrantes selecionados e tipo de uso da terra: por um lado, passou-se a privilegiar os grandes fazendeiros e seus empreendimentos agropecuários em detrimento dos pequenos produtores e, de outro lado, estimulou-se a agricultura de base capitalista com utilização de tecnologia no campo em detrimento da agricultura familiar.

No caso do Mato Grosso, a construção da BR 163 tornou-se um caso emblemático já que no rastro da abertura da rodovia surgiram inúmeros projetos de colonização organizados por empresas particulares que mobilizaram grande contingente de migrantes e deram origem à vários municípios tais como Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Cláudia, etc. As colonizadoras recebiam os mais diversos incentivos e estímulos oficiais, tais como, terras financiadas no longo prazo, apoio em infra-estrutura, financiamentos de projetos, dentre outros, interferindo sobre o uso da terra numa escala sem precedentes e incentivando intensos fluxos migratórios para a ocupação e incorporação produtiva da fronteira. No tocante a apropriação da terra pode-se afirmar que ocorreu um processo de diferenciação social decorrente da forma como se deu a sua posse e utilização conferindo especificidades a cada projeto de colonização.

A gleba Lucas do Rio Verde, localizada às margens da BR 163, foi criada judicialmente em 1976 pela coordenadoria do Incra. Em 1981, o presidente general João Batista Figueiredo declarou a área como prioritária para fins de reforma agrária através dos decretos nº 86.306 e 86.307. O projeto de assentamento especial Lucas do Rio Verde foi

implantado em “regime de urgência para atender àqueles agricultores sem terra que estavam acampados na Encruzilhada Natalino”, em Ronda Alta, palco de intensos conflitos por terra no Rio Grande do Sul e cenário de uma importante parte da história dos movimentos sociais no país, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>2</sup>.

O processo de colonização de Lucas coloca no proscênio a atuação distinta de três atores sociais: os “posseiros”, os “parceiros” e os “assentados da cooperativa”. O objetivo deste ensaio é analisar a questão da posse da terra decorrente deste processo de colonização capaz de impor uma diferenciação social a partir de três movimentos migratórios: o primeiro relacionado com a migração espontânea dos posseiros; o segundo associado ao assentamento das famílias de parceiros provenientes de Ronda Alta (Rio Grande do Sul) e o terceiro viabilizado por um programa governamental e operacionalizado por uma cooperativa.

### **Os posseiros e seu “espírito empreendedor”**

Em 1976, chegaram em Lucas as primeiras famílias de migrantes vindas do sul atraídas pela possibilidade de comprar terras “baratas” e decididas a “desbravar o cerrado” matogrossense motivadas pelo sonho de “dias melhores”. Esperança e sonho são categorias usualmente acionadas pelos protagonistas deste movimento migratório. Como argumenta Touraine (1994), a esperança é o que conduz, na maioria das vezes, o migrante. Neste caso, por se tratar de famílias cuja origem está associada à agricultura, o sonho se cristaliza na possibilidade de ter acesso a terra. Migra-se para tornar real e concretizar um sonho: o de possibilitar a reprodução social familiar.

A origem social destes migrantes guarda semelhanças com o estudo de Tavares dos Santos (1993). São descendentes de imigrantes europeus que se fixaram nos núcleos coloniais localizados na região sul onde trabalhavam na agricultura (principalmente feijão, trigo, milho e fumo) e na criação de animal de pequeno porte para subsistência e, através do trabalho familiar, conseguiram adquirir um pequeno patrimônio. O numeroso núcleo familiar e as conseqüências da modernização da agricultura dificultavam a reprodução social e, assim, parte da família ficava na propriedade no sul viabilizando aqueles que migraram para o Mato Grosso. É deste fluxo de informação, circulação de pessoas, de

---

<sup>2</sup> Sobre este assunto ver Medeiros, Leonilde. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

auxílio mútuo e até esperanças de uma melhoria da condição social que foi possível verificar a constituição de uma rede social de parentesco e vizinhança na migração.

De acordo com depoimentos, o grileiro que se dizia “dono” daquelas terras vendeu lotes que variavam de 1.000 a 5.000 hectares. Em 1976, quando o 9º Batalhão de Engenharia e Construção (departamento do exército brasileiro) iniciou a abertura da BR 163, várias famílias de pequenos produtores do sul migraram em busca de terras que viabilizassem a sua reprodução social: “(...) planejamos e realizamos uma viagem para o Mato Grosso. Passamos por todos os municípios que beiravam a BR 163 até Lucas do Rio Verde. (...) Havia na época pistoleiro que cuidava essas terras”. Em 1979 eram vinte e seis famílias de migrantes denominados de “posseiros”:

“Nós compramos aqui [em Lucas] naquele tempo as posses, nós compramos de uns caras que estavam aqui acampados na beira do rio Verde aqui, que eles se diziam donos mas das posses entende, não eram nada do governo, nós compramos a posse”.

(Onofre Justi, natural de Doutor Pedrinho/SC, agricultor e comerciante)<sup>3</sup>

O tratamento outorgado à categoria posseiro não é uniforme e é passível de uma diferenciação entre “posseiro-camponês” e “posseiro-empresendedor”<sup>4</sup>. O “posseiro-camponês” tem como principal característica ser desprovido de capital e, apesar da vontade ou mesmo tendência para a modernização e de possuir uma pequena extensão de terra, não tem recursos de capitais e de investimento correspondentes com a exigência de mercado. Já o “posseiro-empresendedor” é aquele que apesar de não possuir legalmente a terra tem posse de um determinado capital que lhe confere um status diferenciado pela possibilidade modernizante e pela racionalização da produção (Zart,1998) estando em conformidade com o projeto de desenvolvimento do governo militar calcado na abertura de fronteira e na modernização da agricultura. Assim como Zart (1998) pode comprovar que o posseiro que se fixou em Lucas está relacionado com a categoria de “posseiro-empresendedor” ou como argumenta Correa (1987) são pequenos produtores rurais em fase de transição para capitalistas. Um dos informantes contou que possuía 156 hectares de terras no sul e, quando soube da existência de “terras baratas” no Mato Grosso, vendeu parte de sua propriedade e migrou para Lucas onde comprou a posse de 3.000 hectares. De pequeno agricultor no sul do país o “posseiro empresário” adquire grande extensão de terras que facilitou sua mobilidade social.

---

<sup>3</sup>Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios e referem-se a personagens de duas histórias gaúchas: *O tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo e *A casa das sete mulheres*, Letícia Wierchowski. Quanto aos sobrenomes, apesar de fictícios, mantém a lógica de descendência dos migrantes.

<sup>4</sup> Categorias utilizadas por Zart (1998) em sua pesquisa sobre o assentamento de Lucas do Rio Verde.

Apesar do Inca denominá-los posseiros, estes agricultores não se percebiam como tais: consideravam-se donos legítimos das terras por terem comprado a posse e protocolado a documentação exigida pelo Inca para sua regularização. Em 1981 quando o governo desapropriou área referente a gleba Lucas do Rio Verde direcionando-a para assentamento deu-se início o conflito com o Inca que, inicialmente, ofereceu 200 hectares para cada posseiro, proposta que fora rejeitada já que seu interesse era legitimar a posse das terras que, apesar de não serem regularizadas, constituía, do seu ponto de vista, “um direito”. Com base nos dados levantados é possível afirmar que o Inca sabia da necessidade e obrigatoriedade da regularização fundiária naquela área, mas, por outro lado, reconhecia no posseiro uma atitude empreendedora que servia aos propósitos da modernização agrícola e, para tanto, estimulava-o a abrir terras e produzir, contando com a sua cumplicidade.

Um dos entrevistados ressaltou que o executor do Inca negociou com os posseiros e os que negociaram estão em Lucas até hoje, mas quem enfrentou o Inca mediante ação judicial acabou perdendo tudo. Esta negociação era de ordem política e o acordo tácito era que os posseiros ajudariam a eleger os candidatos indicados pelo governo (Inca) e, em contrapartida, teriam a situação das suas terras regularizadas.

“Então tu diz assim “*quem que vai ser o candidato a deputado, candidato a governador?*” te diziam “*é fulano de tal*”. (...) E foi fácil pra gente conseguir permanecer aqui, tomar posse por direito aqui, pra conseguir a escritura. (...)E nós conseguimos, ganhamos a eleição. Foram eleitas as pessoas que eles [governo] queriam que fossem eleitas. Ajudaram a gente e dobraram a área. (...)Pelo trabalho que nós permanecemos e pela consideração que tiveram pela gente. Nós se aliamos a eles, sabiam que a gente não iria trazer transtorno para o projeto [de assentamento]”.

(Pedro Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS, agricultor empresarial)

O conflito com o Inca foi, em alguma medida, amenizado quando conseguiram o reconhecimento, mesmo que parcial, das suas terras. Para cada hectare aberto de terra o Inca regularizou dois hectares para os posseiros: quem tinha 400 hectares abertos recebeu a regularização de 800 hectares. O curioso deste processo é que antes da negociação com o Inca algumas famílias fracionaram suas terras entre os irmãos para, desta maneira, conseguirem regularizar um número maior de hectares. Da área total de 270.000 hectares da gleba, 202.205 hectares foram destinados à implantação do projeto de assentamento dividido em 900 parcelas de 200 hectares cada, sendo “170.000 hectares arrecadados e 32.545 desapropriados” (Fonte: Mural Informativo INCRA, 1982). De acordo com correspondência enviada pelo gabinete da presidência ao Inca/RS em 25 de maio de 1982, o termo “arrecadada” refere-se às “terras devolutas arrecadadas e requisitadas em nome da

União, para posterior destinação a projetos de assentamento ou licitações”. Isto leva a crer que: (1) 170.000 hectares foram arrecadados pela União e resultou, conforme relatos, num processo jurídico envolvendo o grileiro e o Inca; (2) 32.545 hectares foram desapropriados dos posseiros e (3) 67.455 hectares foram objeto de regularização fundiária dos posseiros, considerados “primeiros moradores e agricultores da área, que com seus próprios esforços demonstraram a qualidade e a aptidão da terra e transformaram o cerrado em imensas áreas produtivas” (Ata de 05/08/82).

Ao reconhecer o direito de posse das terras destes posseiros é possível afirmar que ocorreu um processo de diferenciação desta categoria já que o “posseiro de Lucas do Rio Verde é alguém que faz negócios, que acompanha o mercado, que financia a safra, os implementos e as máquinas agrícolas. Ele é um modernizado que carrega entre seus valores a crença e a atitude do teor do trabalho” (Zart, 1998). Estas características são sistematicamente exacerbadas por estes atores sociais que reconhecem em si um “espírito empreendedor”. Aliás, uma das características marcantes é que não se reconhecem como empresários agrícolas, tampouco, como grandes produtores rurais, o que pela extensão de suas terras, pelo alto grau de tecnologia empregado na produção, pela organização do seu empreendimento agrícola é desta forma que usualmente seriam classificados. Ao contrário, se auto-denominam como “empreendedores”, mesmo porque, se sentem e são legitimados pelos seus pares como “pioneiros” do município. Assim, a utilização do conceito de empreendedorismo em Lucas do Rio Verde está, do meu ponto de vista, relacionado com a construção do imaginário social em torno da figura do “pioneiro”<sup>5</sup>.

### **Os parceiros e a contradição entre o “ter” e o não “ser”**

As primeiras famílias de sem terra de Ronda Alta chegaram em Lucas numa madrugada de novembro de 1981 trazendo na bagagem poucos bens materiais e totalmente desprovidos de recursos financeiros, com exceção de algumas famílias que venderam o pouco que tinham antes de partir. Traziam também a esperança de conquistar um pedaço de terra e integrar-se efetivamente no sistema produtivo. Em maio de 1982 chegou outro grupo totalizando o assentamento de 203 famílias no Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde. No dia 5 de agosto de 1982, data de fundação da cidade, o então presidente do Inca Paulo Yokota entregou 238 títulos de propriedade para os parceiros e posseiros e, além da regularização fundiária, foi constituída a Cooperativa Agropecuária

---

<sup>5</sup> Sobre a relação entre as categorias “posseiro”, “empreendedor” e “pioneiro” ver Rocha (2006).

Mista Lucas do Rio Verde – Cooperlucas, que se configurou numa importante ferramenta organizacional daquele espaço fronteiriço.

A categoria parceleiro foi definida no art. 4º, inciso VII do Estatuto da Terra, lei 4.504 de novembro de 1964, como “aquele que adquirir parcela ou quota-parte de uma *propriedade comum*, em área de projeto de Reforma Agrária ou de colonização”. Já o decreto nº 59.428 de 27 de outubro de 1966, sobre “Colonização e outras formas de acesso à propriedade”, reafirma no art. 1º que a política de acesso à propriedade rural era regulamentada pelo Estatuto da Terra, porém o art. 10º define como parceleiro “todo aquele que tenha adquirido lotes ou parcelas em áreas destinadas a Reforma Agrária ou à *colonização pública ou particular*”. Eis aqui uma diferente conotação nesta categorização. No primeiro caso a parcela seria de uma “propriedade comum” não especificando o que era considerado “comum” abrindo precedente para distintas interpretações. No segundo caso desaparece o termo “propriedade em comum” e se especifica a colonização de caráter “público ou particular”, ou seja, a categorização parceleiro refere-se tanto à projetos de colonização oficial como as de caráter privado. Valeria aqui uma análise mais cuidadosa do significado destas alterações que o limite deste artigo não permite.

No caso de Lucas, cada parceleiro recebeu um lote de 200 hectares sendo 25 hectares de área aberta, um barracão que servia como moradia, uma ajuda de custo mensal e um rancho<sup>6</sup>. Consta que uma parte dos parceleiros não era de agricultores e, a outra parte, que tinha experiência em lidar com a terra, tentou repetir as técnicas de plantio que utilizava no sul no cerrado matogrossense. Isto resultou num processo de estranhamento do meio já que desconheciam as especificidades da terra como, por exemplo, a necessidade de plantar arroz para começar a corrigir o solo.

A imagem construída da terra como possibilidade de reprodução social da família para os parceleiros foi ameaçada pelas condições reais de existência destes atores sociais descapitalizados e numa situação de completa inércia diante da conquista de um sonho – a posse de terra. A situação do parceleiro – possuidor de terra - foi confrontada, paradoxalmente, com o modelo produtivo imposto pelas condições do cerrado. Somado a isso, o Incra não forneceu a infra-estrutura prevista para a implantação do projeto deixando-os órfãos de qualquer assistência e ainda eram alvos de todo o tipo de violência e atos de corrupção por parte do executor do Incra que os associava como “gaúchos frouxos” e “vagabundos” que criavam dificuldades para o desenvolvimento de uma agricultura

---

<sup>6</sup> Termo utilizado na região sul para designar a compra de gêneros alimentícios para o período de 30 dias.

mecanizada e moderna. É recorrente no discurso dos migrantes de Lucas este preconceito velado em relação aos parceiros devido a sua situação social de origem e não pelo fator étnico já que, em ambos os casos, são migrantes de origem sulista, reconhecidos localmente como “gaúchos”<sup>7</sup>. O que diferenciava os parceiros dos posseiros era a condição social, econômica e cultural de um grupo em relação ao outro. Isto fica evidente se analisarmos as diferentes estratégias traçadas por estes atores sociais no enfrentamento das dificuldades decorrentes de um movimento migratório.

A saída dessas famílias do assentamento tornou-se inevitável, pois não encontraram outra solução que não fosse deixar o projeto, pois “o Inca esqueceu destes coitados aqui” contou um informante. Uma parte retornou pro sul e outra vendeu seus lotes e foram para outros assentamentos. Tavares dos Santos (1993) já havia observado esta mobilidade entre os assentamentos ao comentar o destino dos parceiros do projeto Canarana que retornaram para o sul ou dirigiram-se a outros assentamentos no Mato Grosso. Tannuri (2003) destaca que 42 famílias assentadas no projeto Eldorado I, localizado em Tapurah no norte matogrossense, eram oriundas do assentamento de Lucas do Rio Verde.

O abandono ou a “troca” para pagamento de dívidas ocasionou uma especulação de terras. Posseiros e outros compradores do sul compraram as terras dos parceiros. Em muitos casos a “compra” converteu-se na troca da terra por dívidas ou por passagens de retorno para o sul. A saída dos parceiros permitiu que o executor do Inca passasse a vender indiscriminadamente os lotes para latifundiários e grandes comerciantes da região possibilitando especulação e concentração fundiária. A venda destas terras era ilegal sob o ponto de vista jurídico já que pela legislação deveria ser respeitada a carência de cinco anos, período no qual a parcela não poderia ser negociada. Sem contar a situação de corrupção que cercou a distribuição dos lotes do núcleo urbano que eram doados apenas àqueles que mantinham relações pessoais com o executor ou funcionários do Inca, ou ainda mediante a concessão de propinas (Castro et al., 1994).

### **Os assentados da cooperativa e a “reforma agrária elitizada”**

Até aqui fiz um movimento analítico no sentido de analisar o processo de colonização de Lucas do Rio Verde partindo da diferenciação interna entre posseiros e parceiros. Entretanto, um outro ator social é de suma importância para entendermos a

---

<sup>7</sup> Utilizo aspas como opção metodológica em virtude do grupo de migrantes analisados empiricamente generalizarem os indivíduos naturais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná como “gaúchos”.



história do município, os assentados ligados a Cooperlucas. A cooperativa era constituída por um grupo de 50 famílias, oriundas de São Paulo ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra, que recebeu lotes do Inca e ficou responsável pela área social e assistência técnica aos parceiros e posseiros. O envolvimento da cooperativa com o crescimento e desenvolvimento da cidade pode ser observado na infra-estrutura em educação, saúde e lazer, e na organização e planejamento do núcleo urbano, juntamente com o Inca. Outro dado relevante é que em virtude da maioria dos assentados da cooperativa não possuir escritura da terra, apenas o título de propriedade, a Cooperlucas fez uma parceria com o Banco do Brasil servindo como intermediária entre o agricultor e o banco, assumindo todos os riscos dos financiamentos, o que os colocava numa situação diferenciada dos parceiros que muitas vezes não conseguiam ter acesso ao crédito.

O Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER)<sup>8</sup> firmado em 1985 entre os governos do Brasil e Japão tinha por objetivo financiar pesquisas para o cultivo de soja no cerrado matogrossense. Uma das áreas destinadas ao Prodecer II foi Lucas do Rio Verde e, no bojo da execução do projeto, a Cooperlucas expandiu suas atividades recebendo farto volume de investimentos e financiamentos possibilitando a construção de um complexo agroindustrial que serviu de apoio ao produtor cooperado. Neste sentido, a atuação da Cooperlucas representa uma importante alteração no padrão de uso da terra em Lucas já que o objetivo do Prodecer era atender a demanda externa de soja investindo na industrialização da agricultura.

A cooperativa foi responsável pela seleção dos migrantes a serem assentados no projeto Piúva (nome dado a área incorporada ao Prodecer II) tendo como requisitos básicos: ter experiência na agricultura e possuir uma parcela de recursos próprios. Outro fator seletivo era a “aptidão para o cooperativismo”, pois, as famílias beneficiadas eram incorporadas à Cooperlucas que, financiada pelo mesmo programa, fornecia infra-estrutura e assistência:

“Eu vim com um projeto de colonização PC-Piúva, (...) um convênio Brasil-Japão do Prodecer, mas vamos dizer assim uma reforma agrária, não querendo se menosprezar, mas uma *reforma agrária elitizada* porque nós viemos com maquinário, viemos com casa, com barracão e tudo. Quando nós entramos ali nós éramos 40 companheiros”.

(Torfbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG,  
agricultor empresarial)

Diferentemente dos parceiros, os assentados da cooperativa receberam financiamento, apoio logístico e de infra-estrutura da Cooperlucas caracterizado no

---

<sup>8</sup> Ver Rocha (2006).

discurso de Toríbio como uma “reforma agrária elitizada” devido às condições materiais de existência deste grupo que assume um perfil empresarial. Ocorre uma re-significação da utilização da categoria “reforma agrária” expressa não só na percepção do entrevistado, mas, também, na política implementada nos projetos de colonização privada que começaram a ser financiados pela ditadura militar na década de 1970 e até os dias de hoje se configuram como uma estratégia governamental de colonização. Esta “elitização” está associada ao modelo fundado no padrão produtivista da agricultura modernizada cujo personagem principal é o agricultor empresarial.

### **Algumas reflexões (in)conclusivas**

Entendo diferenciação social como um processo mais geral e como efeito das transformações e mudanças em certos contextos sociais e históricos. Na visão de Pessanha (1985) o contexto sócio-histórico que (re)produz estas transformações sociais não deve se limitar à perspectiva analítica que vincula diferenciação social como decorrente única e exclusivamente do processo de expansão capitalista. Mais do que se limitar ao estudo da diferenciação associado à desigualdades econômicas esta breve assertiva sobre o projeto de colonização de Lucas do Rio Verde tem por objetivo chamar atenção para as mudanças das relações sociais, das práticas produtivas, da relação com a terra, da interferência de outros fatores (políticos, ideológicos ou culturais), do jogo de forças e das representações sociais que atribuem especificidades a cada grupo social.

É significativo notar que, embora o surgimento do município esteja diretamente relacionado com o projeto de colonização, os identificados e naturalizados como “pioneiros” não são os parceiros e sim os posseiros e os assentados da cooperativa. Ainda que os parceiros tenham chegado antes dos assentados da cooperativa eles não são reconhecidos como “pioneiros”. A auto-imagem positivada confere a posseiros e assentados da cooperativa uma relativa homogeneidade social e, apesar da trajetória migrante distinta, valorizam, a priori, sua porção nômica, ou seja, características adjetivadas como coragem, espírito empreendedor e solidariedade. Já a categoria parceiro é acionada sempre com uma imagem negativa, valorizando sua porção anômica de inaptidão para o trabalho no campo, desordeiros, falta de coragem, etc. Deste modo, a diferenciação não surge como “efeito dos fatores externos, mas como consequência da dinâmica dos próprios grupos sociais em sua luta pela participação política ou pela ampliação do controle de fatores econômicos ou políticos” (Pessanha, 1985:232).

Para tanto, considero um importante exercício centrar a análise sobre os projetos sociais, aspirações e visões de mundo destes grupos considerando os efeitos perversos da política de colonização conduzida pelo Estado-militar. Por outro lado, reconheço que o processo de colonização de Lucas do Rio Verde e a conseqüente diferenciação social dos atores envolvidos deixam evidente um projeto de desenvolvimento associado ao estágio capitalista de expansão da fronteira mediante a associação entre empresa privada de colonização e o Estado, responsáveis pelo controle político e econômico da região. Embora a ocupação produtiva das terras não tenha viabilizado a inserção produtiva de todos os atores sociais, tampouco tenha assegurado a sua reprodução nas condições idealizadas, o que se observa atualmente é um processo de desenvolvimento local onde a produção da soja em larga escala, para atender uma demanda global, se configurou numa estratégia de ocupação daquele espaço fronteiriço. Todavia, esta temática merece uma reflexão mais cuidadosa e formulação de novas indagações para sua compreensão.

### **Referências bibliográficas**

- BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UNB; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990.
- CASTRO, Sueli Pereira et al. **A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: Editora UFMT, 1994.
- Mural Informativo INCRA**. Semanário de Divulgação Interna. Ano II, n. 47, Brasília, 9 a 15 de agosto, 1982.
- PESSANHA, Delma. **Diferenciação sócio-econômica do campesinato**. In: Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, Cortez Editora, 1985.
- RIBEIRO, Iselda Corrêa. **Pioneiros Gaúchos: A colonização do norte matogrossense**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!” – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.
- TANNURI, Aníbal Machado. **As estratégias dos assentados de Eldorado I e os impactos econômicos no município de Tapurah – MT**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2003.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos: exclusão e lutas**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80**. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 1998.